



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 15/XI/2.ª

Aos dezassete dias do mês de Novembro de dois mil e dez, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:30 Horas: Audiência da Comissão Nacional de Protecção de Dados sobre a organização e o funcionamento da CNPD;

11:30 Horas: Audiência da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos sobre a organização e o funcionamento da CADA;

14:30 Horas: Audiência do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN sobre a organização e o funcionamento do CFBDPADN;

15:30 Horas: Audiência do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz sobre a organização e o funcionamento do CAJP

16:30 Horas:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Ratificação das votações indiciárias da Proposta de Lei n.º 37/XI/1.ª (GOV) - "Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à 18.ª alteração ao Código do Registo Civil" e do Projecto de Lei n.º 319/XI/1.ª (BE) - "Altera o Código do Registo Civil, permitindo a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento";**
- 3. Admissão e distribuição de petições;**
- 4. apreciação e votação de relatórios de petições;**
- 5. apreciação votação de relatórios de iniciativas europeias;**
- 6. Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Dando início à audiência da Comissão Nacional de Protecção de Dados, sobre a sua organização e o funcionamento, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente da referida Comissão, Dr. Luís Lingnau da Silveira, aos Vogais, Drs. Carlos Lobo e Paiva Andrade, e à Senhora Secretária, Dr.ª Isabel Cruz.

Após uma primeira intervenção do Presidente da CNPD, colocaram questões os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Helena Pinto (BE), António Filipe (PCP) e Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), às quais responderam o interpelado e a Senhora Secretária da CNPD, Dr.ª Isabel Cruz.

Às 11h30 teve início a audiência da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, sobre a sua organização e o funcionamento, tendo o Senhor Presidente dado as boas vindas ao Presidente da referida Comissão, Conselheiro António José Pimpão.

Após uma intervenção do Presidente da CADA, colocaram questões os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e Helena Pinto (BE), às quais respondeu o Senhor Conselheiro.

A reunião foi interrompida às doze horas e trinta minutos.

Pelas catorze horas e trinta minutos foi reaberta a reunião, procedendo-se à audiência do Senhor Conselheiro Manuel Simas Santos, Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, que fez uma intervenção inicial, seguida de pedidos de esclarecimento por parte dos Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Isabel Oneto (PS), Helena Pinto (BE), Nuno Magalhães (CDS/PP), aos quais o Senhor Conselheiro respondeu.

Seguidamente foi ouvido o Senhor Conselheiro Jaime Cardona Ferreira, Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, que vinha acompanhado pelo Dr. João Martins, e que fez uma intervenção inicial acerca do objecto da audiência, à qual



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

se seguiram pedidos de esclarecimento por parte dos Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), Helena Pinto (BE), Carlos Peixoto (PSD) e António Filipe (PCP), tendo o Senhor Conselheiro respondido.

A segunda parte da reunião, e como deu entrada na Comissão qualquer iniciativa legislativa para distribuir, iniciou-se com o anúncio, por parte do Presidente da Comissão, de que o S.Exa o Presidente da Assembleia da República concordou com a proposta do júri do Prémio Direitos Humanos, constituída pelos Senhores Deputados Osvaldo de Castro (Presidente), Ricardo Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Helena Pinto (BE), António Filipe (PCP) e José Luís Ferreira (PEV), realçando o facto de esta ter obtido a unanimidade, e que é a seguinte: atribuição do Prémio Direitos Humanos 2010 à Associação de Solidariedade Social “Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal”, no ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, pela sua intervenção na promoção e dinamização dos programas de acção de luta contra a pobreza e a exclusão social através da interacção das instituições, grupos e pessoas que trabalham nesta área, e a atribuição da medalha de ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem conjuntamente ao Senhor Professor Doutor Alfredo Bruto da Costa, no ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, pela dedicação da sua vida, estudo, investigação e acção pela erradicação da pobreza, actualmente Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz; a título póstumo, à Senhora Professora Doutora Paula Escarameia, pelo trabalho desenvolvido no estudo, criação e aplicação do Direito Internacional, em especial na génese do Tribunal Penal Internacional e na sua qualidade de membro da Comissão de Direito Internacional da ONU e do Tribunal Permanente de Arbitragem; e ao Senhor Dr. Levy Baptista e a Frei Bento Domingues, em representação da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1969-1974), pela relevante intervenção cívica que, conjuntamente com outros democratas, protagonizaram na defesa jurídica e no apoio social e político de todos aqueles que pagaram com a liberdade a sua insubmissão face



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

à ditadura. O júri recomendou a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República que promova o apoio à edição das 23 Circulares informativas publicadas pela citada Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, pelo seu cunho histórico e pelo papel de denúncia pública da violação das liberdades e dos direitos fundamentais dos cidadãos durante a ditadura.

O Senhor Presidente deu ainda conta de que da seguinte deliberação a Conferência de Presidentes de Comissões acerca da repartição de competências das comissões em matéria de associações públicas profissionais – Câmaras ou Ordens Profissionais:

- 1) Integra o âmbito de competências da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública a matéria relativa à criação (extinção, fusão e cisão) de ordens profissionais e todas as alterações subsequentes relacionadas com o exercício da profissão;
- 2) Em caso de dúvida sobre a natureza das alterações propostas no n.º 1, e caso a matéria objecto da iniciativa apresente conexão não só com o âmbito de competências da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública por estar em causa a regulação de uma Ordem Profissional, mas também com o quadro material de competências de uma determinada Comissão Permanente, poderá baixar igualmente a esta Comissão para emissão de Parecer, na generalidade;
- 3) Excepciona-se dos números anteriores, por razões histórico-institucionais, a Ordem dos Advogados, Câmara dos Solicitadores, Ordem dos Notários, Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Ordem dos Médicos Dentistas e Ordem dos Enfermeiros, cujas competências se integram nas Comissões Parlamentares respectivas.

Seguidamente, o Senhor Deputado Miguel Vale Almeida (PS) fez uma retrospectiva positiva das reuniões e das audições levadas a efeito no âmbito do Grupo de Trabalho



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

constituído para a discussão da Proposta de Lei n.º 37/XI/1.ª (GOV) - "Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à 18.ª alteração ao Código do Registo Civil" e do Projecto de Lei n.º 319/XI/1.ª (BE) - "Altera o Código do Registo Civil, permitindo a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento".

Na sequência da sua aprovação na generalidade, as iniciativas legislativas baixaram, para discussão e votação na especialidade, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 1 de Outubro de 2010.

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias constituiu, em 20 de Outubro de 2010, um grupo de trabalho, que integrou os Senhores Deputados Miguel Vale de Almeida (PS), Francisca Almeida (PSD), Isabel Galriça Neto (CDS-PP), José Moura Soeiro (BE), João Oliveira (PCP) e José Luís Ferreira (PEV), tendo-o incumbido da preparação da discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei.

No decurso dos trabalhos foram entregues propostas de alteração escritas às iniciativas, sob a forma de texto de substituição, pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, tendo sido ainda formuladas oralmente outras propostas de alteração, reflectidas no presente relatório, no âmbito do grupo de trabalho.

O grupo de trabalho reuniu nos dias 26, 27 e 28 de Outubro e 12 de Novembro de 2010, tendo procedido à audição das seguintes entidades:

- Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; ILGA Portugal; Presidente da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos; Bastonário da Ordem dos Médicos; Dr. João Décio Ferreira; Dr. Pedro Freitas; Dr.ª. Carla Moleiro; Dr.ª. Sandra Saleiro; Dr.ª. Íris Monteiro e Associação "Panteras Rosa".



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Na sequência das audições, o grupo de trabalho reuniu para discussão das soluções normativas das iniciativas e correspondentes propostas de alteração, que votou indiciariamente, tendo-se registado em todas as votações as ausências dos Grupos Parlamentares do CDS/PP e do PEV. Foi considerado, como matriz da votação indiciária, o conjunto de propostas de substituição integral das duas iniciativas, apresentado conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE.

O projecto de texto final, resultante daquele trabalho de discussão e votação, foi em seguida colocado à consideração da Comissão, para apreciação e ratificação das votações indiciárias alcançadas.

Da discussão, em que intervieram os Senhores Deputados que haviam integrado o grupo de trabalho, que confirmaram os seguintes sentidos de voto expressos indiciariamente, e ainda o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP), que indicou o sentido de voto do seu Grupo Parlamentar em relação a todos os artigos e propostas, registando-se sempre a ausência do PEV, resultou o seguinte:

Artigo 1.º (Objecto e natureza) – na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJJ n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 2.º (Legitimidade e capacidade) – na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJJ n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP e contra do PSD e do CDS-PP;**

Artigo 3.º (Pedido e instrução) – na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJJ n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP e contra do PSD e do CDS-PP;**

Artigo 4.º (Decisão) – na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJJ n.º 319/XI,



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP e contra do PSD e do CDS-PP;**

Artigo 5.º (Alteração ao Código do Registo Civil) – na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE (tendo sido eliminada a referência à alteração do artigo 68.º do CRC, em consequência de ter sido retirada a proposta para este artigo) – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 68.º do CRC – a proposta de substituição deste artigo foi retirada pelos proponentes, mantendo-se a redacção vigente;

Artigo 69.º do CRC, na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 70.º do CRC, na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 104.º do CRC, na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE (incluindo a proposta de emenda do inciso “do registo de sexo” pela expressão “da menção do sexo”, proposta oralmente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE) – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 123.º do CRC, na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 214.º do CRC, na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI,



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 217.º do CRC, na proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI, apresentada conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE – **aprovado, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD;**

Artigo 6.º (Taxas) – foi apresentada oralmente, pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, uma proposta de eliminação da proposta de substituição da PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI – **aprovada, com votos a favor do PS, BE e PCP, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD, tendo sido eliminado o artigo 6.º proposto;**

Artigo 7.º (Disposições finais) – foi apresentada, pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, uma proposta de substituição da proposta escrita que havia sido apresentada pelos mesmos proponentes à PPL n.º 37/XI e do PJI n.º 319/XI – **aprovada, com votos a favor do PS, BE e PCP e contra do PSD e do CDS-PP**, passando o artigo a **6.º**, em consequência da eliminação aprovada.

Em declaração inicial, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) explicou que o seu Grupo Parlamentar era favorável à desjudicialização do procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no Registo Civil, mas não apresentara propostas de alteração, muito embora as audiências tivessem sido reveladoras de problemas que não haviam ficado solucionados com as propostas apresentadas, uma vez que a ponderação sobre as alterações a introduzir revelara que estas constituiriam um texto novo, que não havia sido submetido previamente a Plenário.

No final, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) apresentou a declaração de voto anexa ao relatório de discussão e votação.

Também em declaração de voto, o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) disse que o sentido de voto do seu Grupo Parlamentar, mais do que transmitir uma apreciação



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

relativa a cada uma das soluções em apreço, tem apenas um significado político decorrente do desacordo das opções adoptadas e de alguma metodologia seguida.

Ainda em declaração de voto, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) salientou a eficácia do grupo de trabalho e, discordando das afirmações produzidas na declaração de voto da Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), considerou que as sugestões decorrentes das audições ficaram reflectidas no texto aprovado.

Finalmente, afirmou que o legislador cumpriu a parte que lhe cabia quanto às previsões técnico-jurídicas, tendo remetido as competências médicas e clínicas às ordens profissionais, que definirão o quadro de intervenção dos médicos e psicólogos.

Em declaração de voto, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE), congratulando o Grupo de Trabalho pela forma e rapidez com que conduziu os seus trabalhos, considerou que o texto final aprovado consubstancia uma melhoria em relação às duas iniciativas individualmente consideradas, afirmando, por fim, que é da mais elementar justiça a resolução dos problemas que até aqui se colocavam.

A Senhora Deputada Celeste Correia (PS) apresentou então o relatório final relativo à Petição n.º 89/XI/1ª, da iniciativa de Mário Jorge Semedo de Melo, que solicita a alteração da Lei da Nacionalidade, no sentido de, para efeitos de aquisição de nacionalidade por naturalização, ser dispensada a aplicação do requisito de inexistência de condenação penal do requerente, previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei, aos nascidos e residentes em Portugal entretanto reabilitados e que apresentem conduta social exemplar.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, sem a presença do PEV

Foi ainda aprovada por unanimidade, sem a presença do PEV, a admissibilidade da Petição n.º 111/XI/2.ª, da iniciativa de José Francisco Ferreira Cardoso e outros (1 051 subscritores), que solicitam a alteração da alínea ag) do artigo 2.º da Lei da Armas,



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

relativa à reprodução de arma de fogo para práticas recreativas, tendo sido nomeado relator o Senhor Deputado António Gameiro.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às dezassete horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 07-12-2010



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Isabel Oneto
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
João Oliveira
Luís Campos Ferreira
Marques Júnior
Mendes Bota

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Montalvão Machado
Hugo Velosa
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira